

Rio de Janeiro, 23 de março de 2015.

Comunicação nº 042/15 - TJD/RJ

TRIBUNAL PLENO

PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

PROCESSO N. 015/2015 – 2ª CDR

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Efeito Suspensivo, manejado pelo FLUMINENSE FOOTBALL CLUB e por MÁRIO HENRIQUE GUIMARÃES BITTENCOURT, em sede de Recurso Voluntário, interposto em face de penalidades aplicadas aos Requerentes, pela 2ª Comissão Disciplinar desse Tribunal, em sessão de julgamento realizada em 17 de março p.p.

Os Requerentes, ao justificarem a pretensão, abordam, especialmente, parte da prova testemunhal colhida quando do julgamento que, segundo entendem, aponta o caminho da improcedência da denúncia.

Resumidamente relatados, decido:

Na apertada análise do presente pedido de efeito suspensivo, não cabe perquirir acerca das provas carreadas ao processo, como querem os Requerentes.

Todavia, inobstante isso, tenho para mim que a letra da Lei não impede a sua concessão.

Com efeito, caso fosse apreciada a prova testemunhal, poder-se-á dizer que ela, tecnicamente, “empatou”. Portanto, não será pela sua apreciação que se concede o Pedido.

Ocorre que a parágrafo 1º, do artigo 147-A, do CBJD, dispõe que: “*não se concederá efeito suspensivo a que se refere este artigo quando a sua concessão*

Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Rio de Janeiro



decorrer grave perigo de irreversibilidade". Portanto, em primeira interpretação, na hipótese em contrário cabe a concessão. E aqui não existe esse perigo.

De outro lado, também dispõe o artigo 147-B, II, do mesmo Codex, que o efeito suspensivo ocorrerá sempre que for cominada pena de multa.

Portanto, presentes os requisitos legais para a concessão, sendo certo que a mesma justificativa se aplica a ambos os Recorrentes.

Ex positis, com fundamento na argumentação antes expendida, DEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO ao Recurso Voluntário formulado pelo FLUMINENSE FOOTBALL CLUB e MÁRIO HENRIQUE GUIMARÃES BITTENCOURT, nos autos do Processo n. 015/2015 – 2ª CD deste E. Tribunal.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2015.

José Jayme Santoro

Relator